

Recensões

Jorge de Alarcão, *Do Douro ao Mondego de Afonso Magno a Almançor*, Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 2019, 88 p., ISBN 978-989-20-9760-2, capa e mapas de José Luís Madeira.

Em formato A4 na horizontal, em jeito de álbum, para mais facilmente nele se inserirem (e se observarem) os mapas explicativos das fases da História consideradas, e como que para sublinhar, desde logo, que a apresentação desses mapas constitui algo de bem significativo como resultado da investigação feita.

Explicita Jorge de Alarcão na Apresentação que vai abordar o período compreendido entre as conquistas levadas a efeito por Afonso III das Astúrias (866-910), que chegou ao Mondego, e a sucessiva recuperação, pelos muçulmanos, de boa parte desse território perdido. A razão do seu propósito radica no facto de, embora seja período assaz estudado, haver, por um lado, «trabalhos mais abrangentes» e, por outro, «estudos parcelares». E a sua ideia é, por isso, a de «apresentar uma síntese eventualmente útil para uma revisão historiográfica da época» (p. 7).

No fundo, a intenção é a de chamar a terreiro dados colhidos nas (embora escassas) intervenções arqueológicas realizadas, na pesquisa levada a cabo sobre as fortificações e no âmbito da história da arte; enfim, em ampla ótica interdisciplinar, de forma a completar o que se conhece com base em crónicas e fontes documentais. A visão do arqueólogo, ousar-se-ia dizer, que não hesita em pôr questões mesmo em sede de teorias explicativas consideradas assentes.

Já ao comentar outra obra de Jorge de Alarcão¹ tive oportunidade de citar Sir Fred Houyle, segundo o qual, «as respostas não são importantes, as perguntas é

¹ “A batalha de Ourique foi perto de Leiria?”, *Cadernos de Estudos Leirienses*, 8 (Maio 2016), p. 547-551: recensão ao livro *Ourique – O Lugar Controverso*. <http://hdl.handle.net/10316/31282>

que o são»²! Cumpre repeti-lo agora, porque tem sido timbre seu, desde sempre, questionar-se e ousar questionar dados, mesmo os «adquiridos» sobre argumentação válida, no pressuposto, hoje – com a ocorrência pandémica – mais consolidado, de que nem o apregoado rigor das Ciências Exatas é perpetuamente rigoroso!...

Fá-lo – importa frisar! – não com a pretensão de vir a ser mais uma opinião a ter em conta, uma citação mais nos areópagos da História para enriquecer currículo (de que já não carece, aliás), mas para consciencializar. Abundam, por conseguinte, também aqui os pontos de interrogação, as formas verbais no condicional e no futuro dubitativo («será?»...). Daí que, logo na Apresentação, o Autor o declare:

«Não há petulância nas nossas dúvidas quando pomos em causa o que consagrados autores têm sustentado; apenas um honesto desejo de apurar se coisas julgadas bem sabidas podem (ou devem) ser reconsideradas» (p. 7).

Após ter enumerado as conquistas levadas a cabo por el-rei Afonso III a partir das Astúrias e de ter dado conta dos condes de que há notícias ao tempo deste rei, a permanência do príncipe Ordonho em Viseu é alvo da maior atenção e lança-se, de seguida, um olhar às cidades de *Portucale* (opção sistemática de identificação, em vez de Porto...), Coimbra, Viseu e Lamego «no tempo de Ordonho II». Volta-se a Viseu – seguramente um dos locais preponderantes na época – agora no tempo do príncipe Ramiro. De seguida, em síntese, o que se sabe dos anos em que reinaram Ramiro II, Ordonho III, Sancho I, Ramiro III e Bermudo II.

Chega-se, assim, a meio do volume e se esta observação nada tem de inoportuno é porque há mais de 10 páginas de notas, também a duas colunas e, agora, em corpo 10 (p. 33-44), na medida em que, para aligeirar a leitura, Jorge de Alarcão preferiu – e bem! – reservar para as notas boa parte da discussão de opiniões.

Dir-se-á também – já que estamos a falar de notas – que, ao contrário do habitual, as notas ocupam neste livro mais de metade do volume, porque, além das já referidas, há a nota (p. 45) aos 10 mapas apresentados e as dos quadros genealógicos (p. 57-82). Por conseguinte, se o texto até à página 31 constitui a referida síntese quase em texto corrido, foi remetido para as notas todo um acervo documental e interpretativo não despreciando, de modo que pode afirmar-se estar nessa 2ª parte (chamemos-lhe assim) o resultado de madura e aturada reflexão.

² Citado por John Gribbin em *Génesis – A Origem do Homem e do Universo*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, p. 14, nota 1.

Exemplifico mediante a referência a um assunto assaz conhecido – a Cava de Viriato, em Viseu – a que, aliás, o Autor já dedicara bastante atenção³:

«A famosa Cava de Viriato, que em trabalho anterior [...] atribuímos a Ramiro II, pode, afinal, ter sido obra de Ordonho? Foi um acampamento militar ou, como sugeriu M. Real [...], corresponde a um projecto, não concretizado ou não prosseguido, de fundação de uma nova cidade? Ou foi um projecto de nova cidade, também não concretizado, atribuível a Almançor?» (p. 15).

Ficam as perguntas no ar e remete-se para a nota 11 (p. 35), em que se começa por rebater a ideia de ter sido pensada para acampamento: demasiadamente grande (32 ha), poderia albergar «cerca de 8000 soldados» – e é... muito soldado!

O arranque do projeto de uma nova cidade, da iniciativa de Ordonho, também colide, pela dimensão, com o que das cidades da altura se conhece: Coimbra, por exemplo, não teria mais de 19 ha!

Maior razoabilidade detém «a hipótese de uma cidade áulica projectada, mas não construída», opina; contudo, logo de seguida não hesita em afirmar que não se deve excluir «a hipótese de a Cava ter sido projectada por Almançor com a ideia de fazer de Viseu uma capital regional da Galícia até então por ele reconquistada e como base de apoio para futuras investidas contra o reino de Leão», projeto que – assinala – não poderia ter sido concretizado antes da partida de Almançor para atacar Santiago de Compostela, porque, «pelo volume de terras do talude, a obra terá demorado meses, com considerável número de trabalhadores».

Ficamos, assim, com a ideia de que não deve pensar-se em acampamento, mas sim em embrião de cidade. Da iniciativa de Ordonho (cristão) ou de Almançor (muçulmano)? Será que a planta octogonal poderia resolver a dúvida? E, de facto, Helena Catarino mostrara que há «exemplos islâmicos similares»! «O modelo islâmico não é, porém, prova de que a obra não pode ter sido realizada por príncipe cristão» – conclui Jorge de Alarcão.

A dúvida mantém-se!

Compreende-se, todavia, que – para um investigador que, para além da Arqueologia romana, sempre manteve vivo interesse pela geografia histórica, pela evolução dos sítios, pela ocupação diacrónica deste território entre o Mondego e o Douro – todas estas dúvidas acicatem a curiosidade e se ensaie uma caminhada, por mais ínvios que sejam os carreiros e se não disponha de bem desejável GPS!...

Paradigmático dessa dificuldade pode ser o capítulo que trata dos responsáveis políticos pelas quatro principais cidades – *Portucale*, Viseu, Coimbra e Lamego

³ «A data da Cava de Viriato» in Jorge de Alarcão, “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 9, nº 1 (2006), p. 139-142.

– «no tempo de Ordonho II». Começa-se por afirmar em relação à primeira: «A sucessão dos condes de *Portucale* é um dos problemas mais complexos da historiografia relativa ao século X» (p. 19). «Em Viseu, e como conde, estaria Diogo Fernandes. Se o príncipe Ordonho, como sustentámos, teve corte em Viseu, talvez Diogo Fernandes, embora residente na cidade ou na região, não tenha desempenhado essas funções senão depois de 911» (p. 20). «Saber quem foi conde de Coimbra no reinado de Ordonho II é problema mais complexo» (p. 20). «Problema também complexo é o de saber se Ordonho II criou um condado em Lamego ou, pelo menos, tomou algumas disposições sobre o “repovoamento” da região a sul do Douro entre os rios Paiva, a ocidente, e Côa ou Águeda, a oriente» (p. 21).

O estudo ora publicado de Jorge de Alarcão vem, por conseguinte, na sequência do seu empenho em relacionar – se bem entendo – três ciências: a Geografia, a História e a Arqueologia, patente, desde há anos, na série de artigos que publicou na *Revista Portuguesa de Arqueologia*, sob o título genérico de «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia» (I - 2004, VI - 2012), onde justamente tem procurado identificar vestígios da nomenclatura antiga nos topónimos patentes nas inscrições romanas e, também, nos topónimos atuais. Não admira, por exemplo, que, na pág. 30, ao dar conta do último episódio com que quis terminar a sua «narrativa» – «o ataque de Almançor a Santiago de Compostela», em 997 – refira que o chefe muçulmano atravessou o Douro «no porto de *Aliobrio* (Peso da Régua)» ou «em *Anegia* (Eja, Penafiel)». Podem parecer estranhos e, até, rebarbativos esses vocábulos, passíveis de se encontrar apenas em estudos como este. Muito pelo contrário! Sobre *Aliobrio* – que o Padre João Parente identificou com Lobrigos (Santa Marta de Penaguião) – se poderá ver que foi célebre e aí terão sido cunhadas duas moedas do rei visigodo Suíntila (621-631); e a fama de *Anegia* é tão grande nas terras durienses que se tornou... ‘marca’ de um alvarinho!...

Mergulha-se, pois, numa história difícil de destrinçar, sim, mas sedutora. Deu muito trabalho, não há dúvida, a elaboração dos 10 mapas, onde, por exemplo, se procuram localizar «lugares não referidos na documentação dos sécs. IX e X» e as «sedes de concelhos actuais sem atestação» nesses mesmos séculos. Mais intrincada foi, ainda, a estruturação dos 7 quadros genealógicos, com base em documentação tabeliônica (na sua maior parte), onde nem sempre os intervenientes são identificados com rigor: há casos de homonímia; as mulheres «frequentemente assinam sem patronímico»; um Gonçalves pode ser, de facto, filho de Gonçalo... De qualquer modo, não deixa de ser aliciante seguir, com o quadro presente, a respetiva nota explicativa, a contar do emaranhado de casamentos, filiações e paternidades!...

Tive oportunidade de ler, recentemente, excertos do texto *Portugal Renascido*, da autoria do albicastrense Frei Manuel da Rocha, publicados por António Salvado⁴. Mui significativamente, pôs-lhe o frade como subtítulo «Tratado histórico-crítico, em que à luz da verdade se dão manifestos os sucessos de Portugal no século X depois do nascimento de Cristo Senhor Nosso, tirados da confusão e descobertos para glória deste Reino por escrituras autênticas e inteligência genuína dos autores de melhor nota». No fundo, foi isso que mais lhe interessou, para demonstrar o heroísmo dos portugueses, que viriam a permitir, após tão árduas batalhas, o ‘renascimento’ de Portugal. Também se fica pelo século x o estudo suculento do Doutor Jorge de Alarcão – e também nos obriga a consciencializarmo-nos de que, desde a época dos Romanos (o século iv das *villae*, por exemplo...) até 1096, ano em que o rei Afonso VI de Leão doou ao Conde D. Henrique o Condado Portucalense, muita água correu debaixo das pontes, muita história há ainda por contar!...

JOSÉ D’ENCARNAÇÃO

Professor catedrático de História e Arqueologia (aposentado)

Universidade de Coimbra, FLUC

jde@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

⁴ *Leituras IX*, Castelo Branco, 2020. Sobre esse livro fiz a nota de leitura «As batalhas da Reconquista»: jornal *Reconquista* (Castelo Branco), 2 de Julho de 2020, p. 27.